

A emergência climática sob o neoliberalismo: reflexões desde a perspectiva da Justiça Climática Latino-americana

The climate emergency under neoliberalism: reflections from the perspective of Latin American Climate Justice

La emergencia climática bajo el neoliberalismo: reflexiones desde la perspectiva de la Justicia Climática Latinoamericana

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i3.41100>

Gabriel Pires de Araújo

Doutorando em Ciência Ambiental no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. Integra o Projeto Temático FAPESP Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista Face às Mudanças Climáticas. E-mail: gabrielparaujo.ga@gmail.com

Letícia Stevanato Rodrigues

Bacharela em Gestão Ambiental, Mestra em Ciências e Doutoranda em Ciência Ambiental no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: leticia.stevanato.rodrigues@usp.br

Beatriz Duarte Dunder

Bacharel em Gestão Ambiental e Mestre em Ciências pelo Programa de Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente, da Universidade de São Paulo. E-mail: beatrizdunder@gmail.com

RESUMO

A emergência climática vem adquirindo maior relevância diante do aumento na frequência e intensidade dos desastres associados às mudanças climáticas. Entretanto, as discussões sobre o tema têm sido apropriadas pelo neoliberalismo. À luz da concepção de Justiça Climática e do campo da Ecologia Política Latinoamericana, este artigo busca promover reflexões críticas sobre a adaptação climática no âmbito da periferia do capitalismo considerando as dinâmicas de poder e de injustiças que se conformam nesse espaço. Para esse debate, adotou-se o método materialista histórico-dialético desde a América Latina, destacando dados empíricos do contexto brasileiro e as contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Conclui-se que a agenda da Justiça Climática Latinoamericana contribui para um olhar crítico sobre a ciência climática, incorporando as relações de poder e dependência entre Norte e Sul Global, além de tecer caminhos para transformações radicais que estimulem o enfrentamento à espinhal dorsal da crise climática: o capitalismo.

Palavras-chave: emergência climática, justiça climática, teoria da dependência, ecologia política latino-americana.

ABSTRACT

The climate emergency has been acquiring relevance due to the increase in the frequency and intensity of disasters associated with climate change. However, the debate on the topic has been appropriated by neoliberalism. Under the viewpoint of the concept of Climate Justice and the field of Latin America Political Ecology, this article seeks to promote reflections for the adaptation on the periphery of capitalism, considering the dynamics of power and the injustices that occur in this space. For this, was adopted dialectical materialist method since the Latin America, highlighting some empirical data from the Brazilian context

and the contributions of the Marxist Theory of Dependency. It is concluded that the Latin America Climate Justice Agenda contributes to a critical view of climate science, incorporating the relations of power and dependency between the Global North and the Global South and weaving paths for radical transformations that stimulate the confrontation of the backbone of the climate crisis: neoliberal.

Keywords: climate emergency, climate justice, dependency theory, latin american political ecology.

RESUMEN

La emergencia climática es cada vez más importante debido al aumento en la frecuencia e intensidad de los desastres asociados con el cambio climático. Sin embargo, las discusiones sobre el tema han sido desarrolladas en su mayoría por el neoliberalismo. A la luz del concepto de Justicia Climática y el campo de la Ecología Política Latinoamericana, este artículo busca promover reflexiones para la adaptación climática en la periferia del capitalismo, considerando las dinámicas de poder e injusticia que se conforman en este espacio. Para este debate, se adoptó el método materialista histórico-dialéctico de América Latina, destacando algunos datos empíricos del contexto brasileño y las contribuciones de la Teoría Marxista de la Dependencia. Se concluye que la agenda latinoamericana de Justicia Climática contribuye para una mayor criticidad en la ciencia climática, incorporando las relaciones de poder y dependencia entre el Norte y el Sur Global, señalando caminos para transformaciones radicales que estimulen el enfrentamiento de la espinha dorsal de la crisis climática: el capitalismo.

Palabras clave: emergencia climática, justicia climática, la teoría de la dependencia, ecología política latinoamericana.



Introdução

A apropriação da natureza como recurso e produto pela modernidade capitalista tem direcionado o curso da história humana para a crise climática (Fraser, Jaeggi, 2020). Diante da necessidade de respostas para a crise, apostas na eficiência tecnológica e nos mecanismos de mercado têm sido institucionalizadas como solução universal frente à emergência climática (Fraser, Jaeggi, 2020). Porém, esse caminho desconsidera ou invisibiliza princípios éticos biocêntricos, não questionando as condições de exploração, violência, desigualdade, consumo e produção modernas, o que impulsiona os efeitos da exploração capitalista para as periferias do capitalismo e possibilita novas fronteiras de exploração socioambiental pelo neoliberalismo (Svampa, 2020; Salmi, 2021).

O enfrentamento da emergência climática envolve necessariamente situar a crítica à modernidade capitalista como condição histórica estruturante da crise climática e de seus efeitos que marcam e se acumulam nos territórios, especialmente no Sul Global, além de testemunhar outras possibilidades de futuro que a humanidade pode alcançar baseadas na justiça ambiental e climática (Fraser, Jaeggi, 2020).

A adaptação, enquanto medida de preparação das sociedades para emergências climáticas, ganha um papel central nas discussões. Em geral, a adaptação a um cenário de emergência climática é trabalhada na perspectiva do neoliberalismo, com dinâmicas de poder que reforçam as desigualdades. Além disso, as medidas de mitigação tomadas no escopo da abordagem neoliberal baseada no mercado apresentam-se incapazes de atingir as metas acordadas nas conferências internacionais para o combate às mudanças climáticas (Anderson, 2015; Victor *et al.*, 2017). Estudos recentes apontam que até mesmo evitar um aumento da temperatura média global em 2°C, como definido no Acordo de Paris, pode não ser suficiente para impedir uma catástrofe climática.

Para além da estrutura hegemônica de adaptação, buscamos neste artigo promover reflexões para ações e respostas numa lógica contra-hegemônica e anti-capitalista, discutindo a adaptação às mudanças climáticas desde a periferia do capitalismo e considerando as dinâmicas de poder e de exclusão social que conformam um quadro de injustiça climática nesses espaços, de modo a refletir sobre como a adaptação necessita ser compreendida e encarada no contexto de desigualdades de poder e de injustiças ambientais e climáticas.

Situar a crítica ao modelo hegemônico de adaptação às mudanças climáticas desde a periferia implica reconhecer as relações hierárquicas entre Norte-Sul Global e os conflitos permeados pelas dinâmicas de dominação e acumulação da história da modernidade capitalista (Laó-Montes, Vásquez, 2018). As reflexões da América Latina são, nesse sentido, cruciais para uma abordagem crítica desde o Sul Global que não se reduza a uma delimitação geográfica e

compreenda um campo de resistência socioambiental frente às diversas formas de violência e injustiça que se acumulam nos espaços periféricos do capitalismo (Laó-Montes, Vásquez, 2018). A partir da experiência desde a periferia, a teoria crítica latinoamericana revela as imbricações raciais, coloniais, patriarcais e socioambientais da acumulação capitalista, buscando não só enfrentá-las, mas principalmente transcendê-las.

Considerando o exposto, este artigo discute as contribuições da Ecologia Política Latinoamericana (EPL) para o contexto de emergência climática na periferia do capitalismo. A EPL é um campo de estudo que enfatiza as contradições materiais e simbólicas da modernidade capitalista sobre a questão ambiental e evidencia as lutas sociais frente à apropriação dos territórios e modos de vida pela estrutura capitalista. Na prática política, a EPL compromete-se com a crítica à Colonialidade do Saber e no processo de Decolonialidade do pensamento, das práticas e teorias que estruturam as relações socioambientais na América Latina (Alimonda, 2011; Escobar, 2011; Leff, 2015). Para isso, o campo resgata a pluralidade das heranças populares e as teorias críticas que o precederam, reelaboradas a partir de novas leituras, de modo a responder aos novos desafios, reconhecendo a genealogia do pensamento crítico latino-americano (Alimonda, 2011).

Para tecer esta discussão, empregamos o método materialista histórico-dialético desde América Latina, destacando dados empíricos do contexto brasileiro com as contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para a ressignificação do desenvolvimentismo, pautando a condição de dependência da região às economias centrais do capitalismo como espinha dorsal da dinâmica de exploração-superexploração que estrutura a sociedade moderna (Katz, 2020) e as injustiças ambientais e climáticas.

A dinâmica de dependência entre centro-periferia e a crise climática

Embora Marx tenha estabelecido críticas ao colonialismo e defendido as lutas anticoloniais na periferia, destacando sua importância como sociedades com “economia desenvolvida, amplamente comunal, pré-troca ou não commodity” (Foster, Clark, Holleman, 2020:8), alguns marxistas conservadores relegaram as relações de exploração, opressão e expropriação da periferia pelo centro do capitalismo (Katz, 2020). Pensadore(a)s de uma vertente considerada revolucionária, especialmente Rosa Luxemburgo, opuseram-se aos conservadores e defenderam a resistência popular nas colônias que “confrontava o inimigo principal e aumentava a consciência socialista dos trabalhadores metropolitanos” (Katz, 2020:48). A partir da teoria crítica ao imperialismo, esse(a)s marxistas abriram caminhos para a compreensão do colonialismo como parte integrante da dominação socioecológica do capitalismo (Foster, Clark, Holleman, 2020).

Apesar das divergências, a principal explicação que fundamenta a dinâmica centro e periferia na teoria marxista são as regras econômicas gerais do capital que regem seu movimento global, considerando que “dois tipos de países fazerem parte do mesmo sistema fundamental do capitalismo mundial é o que explica as diferenças observadas no padrão de vida, nas relações sociais e na política” (Sanyal, 2019:21).

As reivindicações das últimas décadas no campo marxista apontam a necessidade de olhar para além da estrutura econômica, incorporando aspectos que atuam sistematicamente como pano de fundo estrutural e integrante das leis gerais do capital. Fraser e Jaeggi (2020) postulam a necessidade de incorporar o debate feminista sobre a reprodução social e seu papel na sociedade capitalista; a exploração da natureza como fonte de matéria-prima para a produção de mercadorias e como lócus de descarte dos resíduos de sua produção; o papel do Estado na sustentação da troca mercadológica, e o papel da opressão racial na expropriação entre centro e periferia (Fraser, Jaeggi, 2020).

A Teoria Marxista da Dependência contribui em direção a essas mudanças epistêmicas a partir do debate das condições de expropriação da América Latina em relação aos países do centro do capitalismo; postula ainda que o capitalismo “é uma ordem estratificada” e como “não há lugar para todos, o desenvolvimento de determinada economia se realiza à custa de outra” (Katz, 2020:327). A TMD defende também que na condição capitalista latinoamericana prevalecem “tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais” (Bambirra, 2013:33), e que há uma tendência dupla do centro de explorar ao máximo o trabalhador e a natureza da periferia para alimentar o mercado externo ao mesmo tempo que drenam recursos econômicos para financiar a produção industrial desses países (Marini, 1990).

A TMD estreita a discussão das questões de fundo não econômicas com as dinâmicas gerais do capitalismo, avançando na análise das dinâmicas globais e locais que movimentam as condições de acumulação de capital. Nos países latinoamericanos, a potencialização do extrativismo no século XXI pela agenda neoliberal, por meio da apropriação de grandes lucros e da produção de calamidades ambientais por empresas transnacionais (Katz, 2020), e a desconexão do debate sobre os problemas socioecológicos do extrativismo e as condições de dependência do capitalismo global (Beling, 2019), fazem da TMD uma filosofia da práxis cada vez mais importante.

No tocante ao discurso técnico-científico dos defensores da modernização ecológica¹, Fraser e Jaeggi (2020) trazem que a relação de dependência entre centro e periferia apresenta duas críticas

¹ Discurso baseado em pressupostos capitalistas dos quais as questões ambientais são tratadas por meio de mecanismos de mercado como, por exemplo, estratégias de “ecoficiência”, que não questionam as relações desiguais que operam na produção capitalista considerada “ecológica” ou “verde”. Para aprofundar o debate, ver os trabalhos de Henri Acsehrad,

principais. A primeira refere-se à contestação do discurso pós-materialista dos países capitalistas centrais de que suas economias de base tecnológica e informacional são “ecológicas”, escancarando que a exploração da natureza é deslocada para a periferia por meio das atividades materialmente expropriatórias que extraem da natureza as matérias-primas que alimentam a produção e consumo do centro (Fraser, Jaeggi, 2020).

A segunda crítica volta-se às relações de sujeição e dependência de discursos técnico-científicos do centro que utilizam argumentos como a pobreza e superpopulação para culpabilizar os países periféricos pelos problemas ambientais, como observa-se nas vertentes neomalthusianas (Leff, 2015; Martínez-Alier, 2012), ao mesmo tempo que esses especialistas impulsionam e controlam mecanismos de gestão ambiental difundidos globalmente (Bryant, 1998), como o mercado de créditos de carbono e o mecanismo de desenvolvimento limpo, concebidos como instrumentos capazes de “solucionar” a questão climática (Svampa, 2020).

Essas relações de dependência do capitalismo acentuam as condições de desigualdade e opressão social, além de exacerbar os efeitos da crise ambiental pelas condições assimétricas da carga ambiental na periferia, agudizada pelos efeitos da variabilidade climática (Fraser, Jaeggi, 2020). Além de ter que conviver com os problemas ambientais gerados pela expropriação do capitalismo central, a periferia arca com os efeitos sistêmicos da variabilidade climática, conformando uma dívida ecológica do centro em relação à periferia (Fraser, Jaeggi, 2020), em que os países periféricos são “fumantes passivos” quanto às emissões provenientes dos países ricos, cujos efeitos são sentidos pelos mais pobres (Martínez-Alier, 2012:59). A dívida ecológica (e climática) é uma categoria discursiva criada pela periferia que confronta os problemas vivenciados na escala local e os associa com as dinâmicas de sujeição e dependência do capitalismo global (Fabricant, 2013).

Considerar as relações de dependência entre centro e periferia e os efeitos socioecológicos dessa junção é fundamental para o enfrentamento das mudanças climáticas, ou seja, é preciso combater o sistema capitalista que tem estruturado a crise climática que a humanidade moderna enfrenta. O aumento das assimetrias socioecológicas, em função do avanço da agenda neoliberal e do aprofundamento das injustiças sociais associadas às catástrofes climáticas, tem dado espaço para a emergência de mobilizações de grupos sociais afetados pelas dinâmicas de expropriação e exploração do capital e pelos efeitos da variabilidade climática, trazendo para o centro do debate a agenda da Justiça Climática² (Svampa, 2020; Martínez-Alier *et al.*, 2018).

Selene Herculano e José A. Pádua “Justiça Ambiental e Cidadania”, bem como o trabalho de Timothy W. Luke “Ecocritique”.

² Adotou-se o uso do termo em forma maiúscula por se tratar de um conceito proveniente de mobilizações sociais e que, portanto, possui uma carga simbólica política importante para as lutas contra as injustiças ambientais e climáticas.

Emergência Climática no contexto do avanço do neoliberalismo na América Latina

A variabilidade climática vem apresentando frequência e intensidade cada vez maiores (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014). A ocorrência de eventos extremos é um de seus efeitos mais relevantes, cujos impactos resultam em desastres que, embora atinjam todos, possuem a característica de impactar principalmente os mais pobres, que em geral são os mais expostos e os que possuem menor capacidade em lidar com os custos associados à perda de moradias e bens (Bryant, 1998).

No âmbito de uma reflexão acerca dos efeitos negativos dessa maior variabilidade climática, destacam-se os desastres decorrentes de eventos hidrometeorológicos extremos. No Brasil, por exemplo, em média 85% dos desastres são relacionados a esses eventos, sendo a causa de mais de 10 mil mortes nas últimas cinco décadas (Pivetta, 2016). No Estado de São Paulo, cenários modelados indicam que os desastres desencadeados pela precipitação possuem a tendência de aumentar em frequência e intensidade, atingindo principalmente as populações mais pobres (Canil *et al.*, 2020). Esse fato corrobora com a necessidade de que o planejamento territorial detenha um olhar específico para as necessidades dessa população, inclusive no que tange a adaptação às mudanças climáticas (Travassos *et al.*, 2021; Canil *et al.*, 2020), haja vista que iniciativas de planejamento metropolitano no Estado de São Paulo, tomadas sob uma perspectiva neoliberal, tendem a aprofundar o quadro de injustiça climática (Araújo *et al.*, 2020).

Diante dos efeitos negativos e da tendência de reprodução de injustiças ambientais e climáticas, a adaptação justa no planejamento urbano é urgente. O conceito de adaptação às mudanças climáticas pode ser compreendido como o ajuste de um sistema para moderar os impactos de um fenômeno (Adger *et al.*, 2003). Em um contexto onde as medidas de mitigação às mudanças climáticas, como transformações de matrizes energéticas, reflorestamento, diminuição no consumismo, etc., apresentam uma dificuldade cada vez maior em evitar um cenário de aumento médio da temperatura para além dos 2°C pactuados no Acordo de Paris de 2015 (Anderson, 2015; Victor *et al.*, 2017), a adaptação nas localidades urbanas, como uma resposta aos efeitos da variabilidade climática (Barbi, 2015), necessita de uma atenção especial para a produção científica e para as políticas públicas que versam sobre o tema.

Porém, grande parte da produção científica sobre a questão climática e suas dimensões humanas como as relacionadas à adaptação, tem se mostrado apartada de literatura crítica que permite compreender o contexto de injustiça ambiental e climática, relegando temas relevantes como os relacionados à Justiça Climática e a equidade social (Nalau; Verrall, 2021). A ciência climática também tende a desconsiderar conhecimentos para além da literatura revisada por pares, sobretudo em relação ao pensamento crítico. Além disso, esse campo científico apresenta uma

predominância de pesquisadores do Norte Global (de países como os Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, Alemanha e Canadá) (Nalau, Verrall, 2021).

A discussão acerca da necessidade do empreendimento de medidas adaptativas que tenham como intuito preparar a população para os efeitos da variabilidade climática demanda a incorporação do pensamento crítico e da busca por Justiça Climática, que embora seja um dos principais temas de debate internacional sobre clima, ainda é pouco presente na pesquisa, na política e na prática relacionada à adaptação (Nalau, Verrall, 2021).

Sob a ótica dos movimentos sociais, a Justiça Climática é encarada como um campo de enfrentamento social derivado da luta por justiça ambiental que atua em relação às comunidades dos países que menos contribuíram para a crise climática e que serão as principais atingidas pelos efeitos da variabilidade climática, ao passo que também são as que possuem menor capacidade de resposta para o cenário de emergência climática. Como campo teórico-prático, recebe contribuições da Ecologia Política e da Economia Ecológica, buscando construir modelos de desenvolvimento contra-hegemônicos (Torres *et al.*, 2020a).

A importância da discussão científica e política sobre a Justiça Climática é ainda mais urgente quando se observa a capilaridade da agenda neoliberal nas políticas de mitigação que comercializam falsas soluções para a crise climática, como os créditos de carbono (Martínez-Alier *et al.*, 2018; Robbins, 2012; Whitehead, 2014). Esses instrumentos de mercado largamente adotados pelos adeptos da modernização ecológica, que reduzem o debate socioambiental à busca pela rentabilidade financeira e econômica (Harvey, 2020), apresentam-se como solução para a continuidade do desenvolvimento econômico de forma “sustentável” por meio do discurso de maior eficiência dos mercados na gestão da natureza (Robbins, 2012; Whitehead, 2014). Nesse sentido, considera-se o mercado como solução universal mesmo que ele tenha sido o principal causador da crise climática, relegando as múltiplas injustiças que constituem o âmago da sociedade capitalista (Fraser, Jaeggi, 2020), como denunciado pelo movimento por Justiça Climática.

Com relação às políticas de adaptação, essas influências são menos nítidas. Entretanto, é possível observar sinergias com o neoliberalismo em agendas hegemônicas para a adaptação. Essa postura política demarca relações sociais sob a égide do mercado, aproximando-se do pensamento neoliberal caracterizado por práticas que associam a melhoria do bem estar humano a uma maior liberdade das capacidades empreendedoras individuais por meio de uma estrutura institucional baseada na propriedade privada e no livre mercado, onde o papel do Estado é criar e preservar a ordem institucional (Harvey, 2008).

A agenda neoliberal é caracterizada por uma regulação do “exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (Foucault, 2008:181), que se multiplica no interior da sociedade e incorpora uma forma individualizada de comportamento

econômico ditado pela concorrência e pela busca de eficiência. O Estado neoliberal torna-se o regulador dos conflitos dessa estrutura empreendedora individualizante, possibilitando a manutenção das regras do jogo capitalista (Foucault, 2008).

Na periferia do Sul Global, a agressão da agenda neoliberal é ainda mais arrasadora em função do caráter conservador que “moderniza estruturas financeiras e implanta processos efetivos de circulação de mercadorias ao mesmo tempo que amplifica injustiças sociais”, mantendo os privilégios da elite nacional (Santos, Toledo, 2020:95), ou por historicamente possuir governos nacionais que optam por pactuar alianças com multinacionais para cometer crimes ambientais e sociais que são inaceitáveis no centro do capitalismo (Dassoler, 2020). Nas cidades da periferia, a agenda neoliberal culminou no aprofundamento das desigualdades sociais e no enfraquecimento dos princípios de justiça social em prol dos interesses das classes dominantes (Maricato, 2015), agudizando a exclusão social e a imposição dos mais pobres aos efeitos da variabilidade climática.

Marxistas e pós-estruturalistas concordam que as políticas neoliberais empregadas desde a década de 1970 em todo o mundo não só falharam em enfrentar as desigualdades, como também as perpetuaram (Harvey, 2008; Foucault, 2008). A desigualdade pode ser entendida como uma característica estrutural do neoliberalismo, uma vez que o seu aumento se fez presente nas mais diversas experiências neoliberais em prol da restauração e perpetuação do poder das classes dominantes (Harvey, 2008).

A concepção neoliberal para adaptação e mitigação às mudanças climáticas traz para o cerne da questão o ideal de desenvolvimento neoliberal. O ponto central é que as populações mais pobres e vulnerabilizadas precisam enriquecer para que obtenham condições de se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas. Essa concepção é contraditória, uma vez que a busca por esse enriquecimento massivo, nos moldes capitalistas de produção e consumo, deve levar a um agravamento das mudanças climáticas as quais pretende adaptar-se (Fieldman, 2011; Whitehead, 2014). Dessa forma, a adaptação acaba não só por exacerbar desigualdades existentes, como também leva à construção de novas (Routledge, Cumbers, Derickson, 2018).

Assim, a agenda neoliberal pode ser definida como um plano de reorganização do capital a favor das elites econômicas, produzindo vulnerabilidades às mudanças climáticas por meio da acumulação de capital, por adotar estratégias que penalizam as populações mais pobres ao mesmo tempo em que promove uma acumulação capitalista que não respeita os limites ecológicos e conseqüentemente aprofunda a crise climática (Harvey, 2008; Fieldman, 2011).

Aliado a isso, a geopolítica neoliberal complexificou as relações desiguais entre centro e periferia no capitalismo. O fortalecimento do poder nas mãos dos países capitalistas centrais se deu pela expropriação do trabalho e da natureza nos países periféricos por meio dos fluxos produtivos globais (Harvey, 2008; Sampaio Junior, 2011). A sujeição da periferia ao capital internacional no

neoliberalismo diluiu ainda mais o poder de decisão nacional, haja vista que o Estado tornou-se o principal agente impulsionador e defensor dos interesses do capital internacional (Sampaio Junior, 2011).

Com isso, a conformação global da exploração neoliberal aflorou dinâmicas de poder inerentes à acumulação capitalista que remontam às suas origens históricas, como as estruturas racistas do pensamento moderno europeu que enriqueceram as metrópoles europeias durante o período mercantilista por meio da pilhagem colonial, acompanhada do genocídio, escravidão e expropriação da população das colônias e de suas terras e ecossistemas (Foster, Clark, Holleman, 2020; Katz, 2020). O aprofundamento histórico dessa estrutura de poder imbricada ao capitalismo é fundamental para compreender a acumulação de capital e a perpetuação da desigualdade na agenda neoliberal, já que a dinâmica centro-periferia marca as estruturas raciais de exploração neoliberal dos “cidadãos” do centro e de expropriação dos “escravos/nativos/negros” da periferia (Fraser, Jaeggi, 2020).

O ponto central para a agenda neoliberal é, nesse sentido, a diminuição de custos para ganhos de capital por meio da redução dos direitos sociais dos explorados e da opressão e subtração sistêmicas das condições de vida dos expropriados que têm suas terras tomadas pelo capital sem o pagamento dos custos de reprodução e sem direitos sociais (Fraser, Jaeggi, 2020; Harvey, 2014).

Essas relações estruturais do capitalismo são essenciais para compreender as condições de imposição das populações à injustiça climática. A agenda da justiça climática se coloca como um caminho para o enfrentamento da estrutura capitalista neoliberal, como será discutido a seguir.

A agenda da Justiça Climática Latinoamericana: caminhos e desafios

A discussão da Justiça Climática possibilita compreender as dimensões sociais e políticas das mudanças climáticas, incorporando a visão das ciências sociais e do pensamento crítico às discussões técnicas das ciências ambientais na construção de uma agenda de pesquisa interdisciplinar sobre as mudanças climáticas, como defendem Estevo e Soares (2020).

O conceito de Justiça Climática foi introduzido no final da década de 1990 pelas organizações em mobilização por justiça ambiental como uma crítica aos mecanismos de mercado para a redução de emissões por meio da troca de “créditos de carbono” entre os países, vistos pelos grupos mais críticos como pseudo-soluções que não questionam a raiz de crise climática: a reprodução do capitalismo nas sociedades (Ernstson, Swyngedouw, 2018; Martinez-Alier *et al.*, 2018; Svampa, 2020).

Esses movimentos por Justiça Climática, além de se colocarem como críticos das soluções pactuadas nas conferências internacionais, buscam representar as camadas mais vulnerabilizadas da

população, que são as principais afetadas pelas mudanças climáticas (Martinez-Alier *et al.*, 2015; Routledge, Cumbers, Derickson, 2018).

O princípio da agenda para a Justiça Climática é o de que “aqueles atores em certas partes do mundo que são responsáveis pela maioria das emissões de gases de efeito estufa (GEE) atuais e históricas também devem assumir a responsabilidade pelos danos produzidos” (Martinez-Alier *et al.*, 2018:44 tradução nossa), colocando no centro de debate as relações de dependência e sujeição entre centro e periferia e a configuração da dívida climática entre Norte e Sul Global.

No debate em fóruns globais, a Justiça Climática parte do reconhecimento de que “(...) as causas, impactos e capacidades adaptativas são distribuídos de forma desigual globalmente. Os países mais afetados pela mudança climática serão justamente aqueles que menos contribuíram para o problema” (Lindoso, Araújo, 2013:109). Esse argumento é o que de forma geral subsidia o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que orienta as decisões tomadas nas convenções e que historicamente vem pressionando para que os países industrializados não só sejam os primeiros a reduzir suas emissões, como também forneçam suporte técnico e financeiro para que os países em desenvolvimento empreendam medidas de mitigação e adaptação (Lindoso, Araújo, 2013; Moreira, Ribeiro, 2017).

De maneira geral, os movimentos por Justiça Climática atuam em uma perspectiva distinta das grandes conferências, oferecendo uma agenda mais radical, comprometida com valores não capitalistas, formas democráticas radicais de governança e representação, e uma agenda de Justiça Climática baseada em direitos econômicos e sociais para todos (Routledge; Cumbers; Derickson, 2018).

A periferia e o Sul Global (onde se insere a América Latina) representam o ambiente marcado pela exclusão e opressão social causadas pelas dinâmicas de expropriação capitalista (Dassoler, 2020; Harvey, 2014; Porto, Martins, 2019). Nesses espaços, experiencia-se de forma mais contundente a materialização da injustiça climática na escala local por meio da alteração de microclimas decorrentes da escolha locacional de empreendimentos que emitem GEE, o que potencializa o aquecimento global na escala local, e pelos efeitos negativos do processo de variabilidade climática que atingem os modos de vida de comunidades tradicionais de pequenos agricultores e pescadores, indígenas e das populações pobres (Rammê, 2012).

Nas cidades, a injustiça climática se apresenta também como efeito inerente ao modo de produção capitalista do espaço urbano, que passa a mercantilizar o clima e o ar, produzindo espaços exclusivos de moradia para as elites por meio das dinâmicas de produção imobiliária (Romero, Mendes, 2020).

Dentre as mobilizações por Justiça Climática destacam-se: as lutas contra o extrativismo e o agronegócio na América Latina; contra o racismo ambiental sobre as comunidades pobres e

discriminadas nas cidades dos Estados Unidos (Svampa, 2020); e as resistências locais contra multinacionais exploradoras de combustíveis fósseis nos espaços periféricos, como ocorreu no Delta do Níger (Martinez-Alier *et al.*, 2018; Dassoler, 2020).

As principais características das reivindicações para a Justiça Climática compreendem também a defesa da natureza não-mercantilizada, a crítica sobre a apropriação capitalista desses recursos e a articulação dos efeitos sentidos pelos grupos localmente afetados pelas dinâmicas de exploração-expropriação do capitalismo com os efeitos das mudanças climáticas globais (Martinez-Alier *et al.*, 2018).

A produção acadêmica e os movimentos sociais da América Latina têm contribuído para a construção da agenda da Justiça Climática (Torres *et al.*, 2020b). A injustiça climática é vista como mais um dos resultados do intercâmbio de matéria e energia entre centro e periferia do capitalismo (Norte e Sul Global), posto que além de levar à uma dívida ecológica do Norte para com o Sul, essa relação desigual resulta em um cenário de distribuição desigual dos riscos decorrentes das mudanças climáticas, posto que a vulnerabilidade à variabilidade climática não possui como causa apenas fatores biofísicos, mas é algo decorrente de um processo eminentemente político e social (Martínez-Alier, 2008; Roberts, Parks, 2009; Martínez-Alier, 2015; Ramussen, Pinho, 2016).

Um dos movimentos mais destacados pela Justiça Climática na América Latina é o da “Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático” (Plataforma Boliviana contra as Mudanças Climáticas). Conformado por uma coalizão entre sociedade civil e movimentos sociais, a plataforma busca influenciar a comunidade global para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, utilizando-se principalmente das filosofias indígenas como a do *Buen Vivir*, de modo a contestar concepções normativas desenvolvimentistas hegemônicas (Hicks, Fabricant, 2016). No âmbito simbólico, a filosofia do *Buen Vivir* introduz uma ontologia pluricultural que tem como essência a interdependência entre ser humano, enquanto um ser coletivo, e a natureza (*Pachamama*) (Beling, 2019), considerando a natureza como portadora de direitos (Unceta Satrustegui, 2013).

No âmbito político, a filosofia do *Buen Vivir* como uma proposta considerada alternativa à modernidade capitalista e ao desenvolvimentismo na América Latina (Arteaga-Cruz, 2017) influenciou a instituição da nova Constituição do Equador de 2008 e do Estado Plurinacional na Bolívia em 2009 (Unceta Satrustegui, 2013). Porém, a experiência desses países mostra que a aplicação da proposta em termos contra-hegemônicos ainda tem sido muito dificultada e permeada por contradições estruturais (Arteaga-Cruz, 2017).

No contexto particular do Brasil, a Justiça Climática não está devidamente incorporada no Plano Nacional de Adaptação (Torres *et al.*, 2020a) e sua discussão se faz urgente em função do cenário de aprofundamento das desigualdades socioambientais decorrentes do avanço do neoliberalismo (Routledge, Cumbers, Derickson, 2018) e do quadro devastador imposto pela

retomada econômica após a pandemia de COVID-19, que exacerba a perda da biodiversidade e a própria crise das mudanças climáticas (Artaxo, 2020).

Dessa forma, existe uma necessidade de encontro entre a literatura crítica das ciências sociais, que reconhece o papel do sistema capitalista na produção das crises socioambientais, e a ciência interdisciplinar das mudanças climáticas. A agenda da Justiça Climática pode contribuir para que se estimule esse encontro a partir de seu arcabouço teórico crítico e da compreensão da importância da inserção das demandas das populações mais vulnerabilizadas e periféricas no escopo das políticas institucionais de enfrentamento às mudanças climáticas.

Com isso, o empreendimento de medidas adaptativas que visam preparar a população para os efeitos da variabilidade climática e de promover ações de enfrentamento à injustiça ambiental ganha não só um contorno de importância cada vez maior, como demanda a incorporação de aspectos relacionados à materialização da injustiça climática no âmbito das conformações territoriais e das políticas públicas para a construção de uma agenda radical ampla para a Justiça Climática participativa, deliberativa e não hierárquica nos campos de ação do Estado e dos movimentos sociais (Routledge, Cumbers, Derickson, 2018).

Conclusões

Conclui-se que a EPL, fundamentada no pensamento teórico-crítico próprio da região, contribui para uma crítica estrutural ao capitalismo neoliberal e às suas apostas em ações de enfrentamento às Mudanças Climáticas que pouco contribuem para o contexto de injustiças ambientais e de emergência climática. Além de tecer críticas estruturais às relações desiguais do capitalismo dependente, desvelando a dinâmica de superexploração da periferia em direção ao capitalismo central que compõem as políticas desenvolvimentistas na América Latina, bem como aos seus efeitos socioecológicos nos espaços periféricos expropriados pelo neoliberalismo, a EPL também reivindica caminhos alternativos pautados na justiça ambiental e climática com base em lutas sociais que buscam ressignificar as relações socioecológicas para além das concepções hegemônicas da modernidade capitalista.

A Justiça Climática é uma concepção capaz de trazer a criticidade necessária para a construção de uma resistência que enfrente de forma contundente os efeitos negativos e desiguais das mudanças climáticas, posto que as soluções pautadas no ideário neoliberal são incapazes de responder à emergência climática, além de reforçar as desigualdades entre Norte e Sul Global.

Com isso, a concepção de Justiça Climática contribui para um olhar crítico sobre a ciência climática ao incorporar a análise das relações de poder e de dependência desde a periferia do capitalismo, além de também tecer caminhos para transformações estruturais (tanto na teoria como

na prática) que ataquem radicalmente as dinâmicas de desigualdade social e estimulem um enfrentamento estrutural à espinhal dorsal das Mudanças Climáticas: o capitalismo neoliberal, que tem movido a humanidade para um caminho de incessantes crises que atingem de forma deletéria as populações mais vulnerabilizadas.

Referências

- ADGER, W. Neil *et al.* (2003), “Adaptation to climate change in the developing world”. *Progress in development studies*, v. 3, pp. 179-195 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/1464993403ps060oa>
- ALIMONDA, Héctor (2011), “La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política latinoamericana” in Héctor Alimonda (ed.), *La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, pp. 21-60.
- ANDERSON, Kevin (2015), “Duality in climate Science”. *Nature Geoscience*, v. 8, pp. 898-900 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://www.nature.com/articles/ngeo2559>
- ARAÚJO, Gabriel P. *et al.* (2020), “Planejamento e sustentabilidade urbana: uma análise do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista”. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v. 8, n. 1, pp. 100-112 [Consult. 30-05-2023]. Disponível em <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/244/219>
- ARTAXO, Paulo (2020), “As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas”. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, pp. 53-66 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/TRsRMLDdzxRsz85QNYFQBHs/>
- ARTEAGA-CRUZ, Erika L. (2017), “Buen Vivir (Sumak Kawsay): definiciones, crítica e implicaciones en la planificación del desarrollo en Ecuador”. *Saúde Debate*, v. 41, n. 114, pp. 907-919 [Consult 10-09-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/WwKPjfsDgYXJ6j6ngXMLpYg/?format=pdf&lang=es>
- BAMBIRRA, Vânia (2013), *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis, Insular.
- BARBI, Fabiana (2015). *Mudanças Climáticas e Respostas Políticas nas Cidades: Os Riscos na Baixada Santista*. Campinas, Editora da Unicamp.
- BELING, Adrian Eugenio (2019), “Sinergias Sur-Norte para una ‘transición civilizatoria’ hacia la sustentabilidad: diálogos de saberes entre buen vivir, decrecimiento y desarrollo humano”. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 42, n. 2, pp. 279-300 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.15446/rcs.v42n2.73250>
- BRYANT, Raymond (1998), “Power, knowledge and political ecology in the third world: a review”. *Progress in physical geography*, v. 22, n. 1, pp. 79-94 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/030913339802200104>
- CANIL, Kátia *et al.* (2020), “Risks and Environmental Justice in a Macro Metropolitan Scale”. *Mercator*, v. 20, pp. 1-14 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20003>
- DASSOLER, Elisa (2020), *Ken Saro-Wiwa: arte e ativismo na luta por justiça ambiental*. UDESC, Florianópolis, Brasil.
- ESCOBAR, Arturo (2011), “Ecología Política de la Globalidad y la Diferencia” in H. Alimonda (org.), *La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, pp. 61-92.
- FABRICANT, Nicole (2013), “Good living for whom? Bolivia’s climate justice movement and the limitations of indigenous cosmovisions”. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 8, n. 2, pp. 159-178 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1080/17442222.2013.805618>

- FIELDMAN, Glenn (2011). “Neoliberalism, the production of vulnerability and the hobbled state: Systemic barriers to climate adaptation.” *Climate and Development*, v. 3, pp. 159-174 [Consult. 28-05-2023]. Disponível <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17565529.2011.582278?journalCode=tclcd20>
- FOSTER, John B.; CLARK, Brett; HOLLEMAN, Hannah (2020), “Marx and the Indigenous”. *Monthly Review*, v. 71, n. 9, pp. 1-19 [Consult. 25-05-2023]. Disponível em <https://monthlyreview.org/2020/02/01/marx-and-the-indigenous/>
- FOUCAULT, Michel (2008). *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel (2020), *Capitalismo em debate*: uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Boitempo.
- HARVEY, David (2008). *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, David (2014), *Cidades Rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, Brasil.
- HARVEY, David (2020). “A natureza do meio ambiente: a dialética das transformações sociais e ambientais.” in Harvey, D., *Os sentidos do mundo: textos essenciais*. São Paulo, Boitempo, pp.181-244.
- HICKS, Kathryn; FABRICANT, Nicole (2016), “The Bolivian Climate Justice Movement: mobilizing indigeneity in climate change negotiations”. *Latin American Perspectives*, v. 43, n. 4, pp. 87-104 [Consult 28-05-2023] Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X16630308>
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (2014), *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://archive.ipcc.ch/report/ar5/syr/>
- KATZ, Claudio (2020), *A Teoria da Dependência cinquenta anos depois*. São Paulo, Expressão Popular.
- LAÓ-MONTES, Agustín; VÁSQUEZ, Jorge D. (2018), “Crítica decolonial de la filosofía y doble crítica en clave de Sur”, in M. Moraña. *Sujeto, decolonización, transmodernidad*. Vervuert Verlagsgesellschaft, pp. 293-344.
- LEFF, Enrique (2015), “Encountering political ecology: epistemology and emancipation” in R. Bryant (org.), *The International Handbook of Political Ecology*. Cheltenham, Edward Elgar, pp. 44-56.
- LINDOSO, Diego; ARAÚJO, Joana (2013), “Evolução da adaptação à mudança climática na agenda da ONU: vinte anos de avanços e descaminhos.” *Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía*, v. 22, n. 2, pp. 107-123 [Consult 28-05-2023]. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2013000200007&lng=en&nrm=iso
- MARINI, Ruy M. (1990), *Dialética da Dependência*. México, Editora Era.
- MARICATO, Erminia (2015), *Para entender a crise urbana*. São Paulo, Expressão Popular.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan (2008), “Conflictos ecológicos y justicia ambiental”. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, n. 103, pp. 11-27 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2765210>
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan (2012), “Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements”. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 1, pp. 51-73 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1080/10455752.2011.648839>
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan *et al.* (2015), “Ecología política del extractivismo y justicia socio-ambiental”. *Interdisciplina*, v. 3, n. 7, pp. 57-73 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://biblat.unam.mx/hevila/INTERdisciplina/2015/vol3/no7/4.pdf>
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan *et al.* (2018), “Blockadia: movimientos de base contra los combustibles fósiles ya favor de la justicia climática”. *Anuario Internacional CIDOB*, pp. 41-49 [Consult 23-05-2023]. Disponível em <https://raco.cat/index.php/AnuarioCIDOB/article/view/348692>

- MOREIRA, Helena; RIBEIRO, Wagner (2017), “A atuação da China no G77, BASIC e BRICS nas negociações internacionais do clima”, in L. Ferreira (org.), *O Desafio das Mudanças Climáticas: Os Casos Brasil e China*. Paco Editorial, Jundiaí, Brasil, pp. 53-77 e-book Kindle
- NALAU, Johanna; VERRAL, Brodie (2021), “Mapping the evolution and current trends in climate change adaptation Science”. *Climate Risk Management*, v. 32 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S221209632100019X>
- PIVETTA, Marcos (2016), “Um Brasil mais vulnerável no Século XXI”. *Revista Fapesp* [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-brasil-mais-vulneravel-no-seculo-xxi/>
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza; MARTINS, Bruno Sena (2019), “Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 44, pp. 1-10.
- RAMMÊ, Rogério Santos (2012), “A política da justiça climática: conjugando riscos, vulnerabilidades e injustiças decorrentes das mudanças climáticas”. *Revista de Direito Ambiental*, v. 65, pp. 367-389 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://institutopiracema.com.br/wp-content/uploads/2021/05/A-POLITICA-DA-JUSTICA-CLIMATICA-Rogério-RDA-2012.pdf>
- RAMUSSEN, Mattias Borg; PINHO, Patricia F. (2016), “Environmental justice and climate change in Latin America: introduction”. *Lasa Forum*, v. XLVII, n. 4, pp. 8-11 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://forum.lasaweb.org/files/vol47-issue4/Debates1.pdf>
- ROBBINS, Paul (2012), *Political Ecology: a critical introduction*. United Kingdom, Wiley/Blackwell.
- ROBERTS, J. Timmons; PARKS, Bradley C. (2009), “Ecologically unequal exchange, ecological debt, and climate justice: The history and implications of three related ideas for a new social movement”. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 50, n. 3-4, pp. 385-409 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020715209105147>
- ROMERO, Hugo; MENDES, Flávio Henrique (2020), “Comodificação dos climas urbanos e criação de injustiças socioclimáticas em Santiago do Chile”. *ENTRE-LUGAR*, v. 11, n. 22, pp. 40-56 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12868>
- ROUTLEDGE, Paul; CUMBERS, Andrew; DERICKSON, Kate D. (2018), “States of just transition: Realising climate justice through and against the state”. *Geoforum*, v. 88, pp.78-86 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718517303275>
- SALMI, Frederico (2021), “Ética climática e categorias analíticas: potencial teórico-normativo para formuladores de políticas”. *Revista Geotemas*, v. 11, pp. 01-25 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/2951>
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. (2011), “Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução”, in V. Lênin, *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas, Unicamp, pp. 7-105.
- SANTOS, Matheus, TOLEDO, Rodrigo (2020), “Cidades brasileiras e o capital: segregação e espoliação urbanas e vulnerabilidade”. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 7, pp. 93-107 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/176471>
- SANYAL, Sagar (2019), “Marxism and Post-Colonial Theory”. *Marxist Left Review*, n. 18 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://marxistleftreview.org/articles/marxism-and-post-colonial-theory/>
- SVAMPA, Maristella (2020), “Até onde vão os movimentos pela justiça climática?”. *Nueva Sociedad* [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://nuso.org/articulo/ate-onde-vao-os-movimentos-pela-justicia-climatica/>
- TRAVASSOS, Luciana *et al.* (2021), “Why do extreme events still kill in the São Paulo Macro Metropolis Region? Chronicle of a death foretold in the global south”. *International Journal of Urban Sustainable Development*, v. 13, pp. 1-16 [Consult 28-05-2023]. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19463138.2020.1762197>
- TORRES, Pedro H. C. *et al.* (2020b), “Efecto Nueva Zemble y Justicia Climática en Brasil: adaptación sin justicia no es adaptación, es espejismo”. *Terra. Nueva Etapa*, v. 36, n. 59, pp. 1-14 [Consult. 30-05-2023]. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=72166221004>

- TORRES, Pedro H. C. *et al.* (2020a), “Is the brazilian national climate change adaptation plan addressing inequality? Climate and environmental justice in a global south perspective”. *Environmental Justice*, v. 13, n. 2, pp. 42-46 [Consult. 30-05-2023]. Disponível em <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/env.2019.0043>
- UNCETA SATRUSTEGUI, Koldo (2013), “Decrecimiento y Buen Vivir ¿Paradigmas convergentes? Debates sobre el postdesarrollo en Europa y América Latina”. *Revista de Economía Mundial*, n. 35, pp. 197-216 [Consult. 10-09-2023]. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86629567011>
- VICTOR, David *et al.* (2017), “Prove Paris was more than paper promises”. *Nature*, v. 548, pp. 25-27 [Consult. 23-05-2023]. Disponível em <https://www.nature.com/articles/548025a>
- WHITEHEAD, Mark (2014), “Ambientalismo Urbano Neoliberal e a Cidade Adaptável: por uma teoria Urbana Crítica e Alterações Climática”. *eMetrópolis*, v. 5 [Consult. 28-05-2023]. Disponível em <http://emetropolis.net/artigo/138?name=ambientalismo-urbano-neoliberal-e-a-cidade-adaptavel-por-uma-teoria-urbana-critica-e-alteracoes-climaticas>

Recebido em 30-05-2023

Modificado em 06-06-2023

Aceito para publicação em 29-09-2023